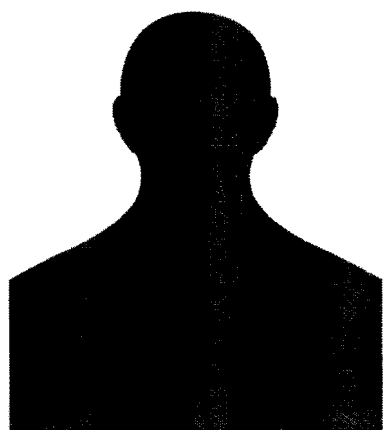


MIZIARA
Raphael

MOLLICONE
Bianca

PESSOA
André



ID: 000-xxx

NAME:



Reflexos da **LGPD** no
Direito e no
Processo do **Trabalho**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourri

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Vanessa Mafra

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Miziara, Raphael
Reflexos da LGPD no direito e no processo do trabalho / Raphael Miziara, André Pessoa, Bianca Mollicone. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-65-5614-432-0

1. Direito à privacidade 2. Direito do trabalho 3. Direito do trabalho - Brasil 4. Proteção de dados - Leis e legislação 5. Relações de trabalho. I. Pessoa, André. II. Mollicone, Bianca. III. Título.

20-48127

CDU-342.721:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Proteção de dados pessoais do empregado: Direito do trabalho 342.721:331(81)
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. PRINCÍPIOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
LARISSA MATOS	
1. Considerações iniciais	15
2. Princípio da boa-fé objetiva	19
3. Princípio da finalidade.....	19
4. Princípio da adequação.....	21
5. Princípio da necessidade	22
6. Princípio do livre acesso	22
7. Princípio da qualidade dos dados	23
8. Princípio da transparência.....	23
9. Princípio da segurança	24
10. Princípio da prevenção	25
11. Princípio da não discriminação	26
12. Princípio da responsabilização e prestação de contas	26
13. Referências bibliográficas	27
2. NOÇÕES GERAIS SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO	
VERISSA COELHO CABRAL PIERONI	
1. Introdução	29
2. Conceitos de dados, banco de dados e tratamento de dados	32
3. Proteção de dados nas relações de emprego	34
4. Conclusão	44
Referências.....	46

8 | REFLEXOS DA LGPD NO DIREITO E NO PROCESSO DO TRABALHO

3. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

IURI PINHEIRO E VÓLIA BOMFIM

1.	Introdução.....	48
2.	A relevância da proteção de dados no contexto das relações de trabalho....	49
3.	Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados	50
4.	Princípios da LGPD	52
5.	Conceituações centrais da LGPD e suas implicações nas relações de trabalho	54
5.1.	Dados pessoais e dados pessoais sensíveis	54
5.2.	Tratamento de dados pessoais	54
5.3.	Sujeitos do tratamento de dados pessoais	55
5.3.1.	Titular dos dados pessoais	55
5.3.2.	Controlador e operador	56
5.3.3.	Encarregado.....	57
6.	Hipóteses autorizativas do tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis e a contextualização com a relação de trabalho	60
6.1.	Premissas gerais	60
6.2.	Achecagem de antecedentes (<i>Background Checks e Pre-employment vetting</i>)	63
6.2.1.	Quais são os principais motivos relacionados ao <i>Background Checks e Pre-employment vetting</i> ?	64
6.2.2.	Quando é admitido na ordem jurídica brasileira que o empregador exija certidão de antecedentes criminais ou proceda à consulta de restrições de crédito?.....	64
6.3.	Utilização de dados biométricos de seus empregados.....	66
6.4.	O risco do tratamento de dados pessoais na relação de trabalho tendo como base o consentimento	67
7.	Término do tratamento de dados.....	69
8.	Negociação coletiva para o tratamento de dados pessoais.....	70
9.	Responsabilidade civil	71
10.	Conclusão	72
11.	Referências bibliográficas	72

4. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS TRABALHISTAS

VICENTE VASCONCELOS CONI JUNIOR E RODOLFO PAMPLONA FILHO

1.	Apresentando um panorama do direito à Proteção de Dados Pessoais ...	74
2.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/2018	84

3.	Os direitos dos titulares de Dados Pessoais	91
4.	As sanções administrativas previstas pela LGPD.....	98
5.	Reflexos nas relações jurídicas trabalhistas.....	100
6.	Considerações finais.....	119
7.	Referências bibliográficas	122
5.	PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO ENVOLVENDO EMPREGADOS E SUAS DIMENSÕES NO DIREITO DO TRABALHO	
	ADRIANE REIS DE ARAUJO	
1.	Introdução.....	125
2.	Direito à proteção contra automação, direito à privacidade e a Lei n. 13.709/2018	128
3.	A proteção de dados pessoais em face da automação e o contrato de trabalho	131
4.	A negociação coletiva sobre a automação	136
5.	Conclusão	138
6.	Referências bibliográficas.....	139
6.	DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SUBORDINADO	
	RAPHAEL MIZIARA	
1.	Introdução.....	141
2.	Agentes de tratamento.....	143
	2.1. Controlador	143
	2.2. Operador.....	144
	2.3. Controlador por equiparação	146
3.	Encarregado	147
	3.1. Conceito e atribuições.....	147
	3.2. Pontos polêmicos sobre o encarregado de proteção de dados pessoais.....	148
4.	Conclusões	153
5.	Referências bibliográficas.....	155
7.	SUJEITOS, OBJETO E ALCANCE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
	ANDRÉ DORSTER E PRISCILLA DONEGÁ	
1.	Introdução.....	157
2.	Objeto.....	160
	2.1. Dados pessoais	160

10 | REFLEXOS DA LGPD NO DIREITO E NO PROCESSO DO TRABALHO

2.2.	Tratamento de dados	162
3.	Sujeitos.....	162
3.1.	Titular de direitos.....	162
3.2.	Agentes de tratamento.....	163
3.3.	Encarregado (DPO).....	164
3.4.	Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	166
4.	Alcance.....	167
4.1.	Territorialidade	168
4.2.	Objetivo do tratamento de dados	169
5.	Conclusão	171
6.	Referências bibliográficas.....	172
8.	DIREITOS À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	
	DANIELA CUNHA MACHADO E LAURA MACHADO DE SOUZA AZEVEDO	
1.	Introdução.....	173
2.	Sociedade da informação e dado como <i>commodity</i> dos tempos atuais....	174
3.	Direitos à privacidade e à intimidade: aspectos do direito à personalidade sob a ótica da proteção de dados pessoais	176
4.	Autodeterminação informativa: o controle do titular sobre seus dados pessoais	180
5.	Conclusão	182
6.	Referências bibliográficas.....	182
9.	AS HIPÓTESES AUTORIZATIVAS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SOB A ÓTICA DA LGPD E DO GDPR	
	DANIEL AZEVEDO DE OLIVEIRA MAIA	
1.	Introdução.....	185
2.	A incidência das normas de proteção de dados pessoais no contexto das relações de trabalho.....	188
3.	As hipóteses autorizativas de tratamento de dados pessoais nas relações de trabalho sob a ótica da LGPD e do GDPR	190
4.	O término do tratamento.....	195
5.	Conclusão	195
6.	Referências bibliográficas.....	196

10. LGPD E O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS NAS ORGANIZAÇÕES DE TENDÊNCIA

GABRIELA CURI RAMOS GASPAR

1.	Introdução.....	200
2.	O que são as Organizações de Tendência	200
2.1.	Antecedentes históricos	200
2.2.	Delimitação conceitual.....	201
2.3.	Características essenciais	204
2.3.1.	As organizações de tendência como plasmação do pluralismo	204
2.3.2.	O caráter ideológico.....	205
2.3.3.	As organizações de tendência como realizadoras de direitos fundamentais do seu titular	208
3.	A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o tratamento de dados pessoais sensíveis	210
3.1.	O Cenário da Edição da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) – LGPD	210
3.2.	Dados pessoais, dados pessoais sensíveis e hipóteses de tratamento.....	212
4.	As Organizações de Tendência e o tratamento de dados sensíveis dos empregados em consonância com a LGPD	215
4.1.	Instrumentos normativos de proteção de dados e sua aplicabilidade às relações laborais	215
4.2.	A questão do consentimento nas relações trabalhistas	216
4.3.	Possibilidade, hipótese de tratamento e limites ao tratamento de dados sensíveis pelas organizações	221
5.	Conclusões	225
6.	Referências bibliográficas	227

11. UTILIZAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR E O LEGÍTIMO INTERESSE DO EMPREGADOR A PARTIR DO PODER DE DIREÇÃO

FABIANO ZAVANELLA E GILBERTO CARLOS MAISTRO JUNIOR

1.	Introdução.....	232
2.	A LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	235
3.	Classificação dos dados quanto ao nível de reserva da informação e a questão do legítimo interesse como base legal para tratamento de dados pessoais	236

12 | REFLEXOS DA LGPD NO DIREITO E NO PROCESSO DO TRABALHO

4.	A relação de emprego e os limites do poder diretivo patronal e da subordinação do empregado frente à tutela jurídica dos direitos da personalidade	244
5.	O direito do trabalhador à preservação dos seus dados pessoais e os limites para o seu tratamento pelo empregador	246
6.	O legítimo interesse frente ao poder diretivo do empregador.....	249
7.	Conclusão	254
8.	Referências bibliográficas	254

12. A EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS NOS PROCESSOS SELETIVOS EM CONFORMIDADE COM A LGPD

BRUNA JARDIM

1.	Introdução.....	257
2.	Posicionamento firmado pelo TST em sede de julgamento de recurso repetitivo	258
3.	Entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas implicações na jurisprudência do TST	259
4.	Tratamento de dados presentes em certidões de antecedentes criminais em conformidade com a LGPD	260
4.1.	Natureza dos dados pessoais contidos em certidões de antecedentes criminais.....	260
4.2.	Bases legais autorizadoras do tratamento dos dados pessoais	261
4.3.	Bases legais autorizadoras do tratamento dos dados pessoais sensíveis.....	266
5.	Conclusão	267
	Referências bibliográficas	268

13. RESPONSABILIDADE CIVIL NA LGPD

EDILTON MEIRELES

1.	Introdução.....	269
2.	Sujeitos responsáveis	269
3.	Da responsabilidade em relação aos sujeitos	271
4.	Da natureza da responsabilidade do controlador e do operador	272
5.	Conclusão	283
6.	Referências bibliográficas	284

14. PROMETEU ACORRENTADO, LGPD E O DIREITO DO TRABALHO

OSCAR KROST

1.	Introdução.....	287
----	-----------------	-----

2.	Prometeu acorrentado e a centralidade da informação	288
3.	Lei Geral de Proteção de Dados, direitos de personalidade e direito do trabalho	291
4.	Compatibilidade com os princípios do direito do trabalho	293
5.	Horizontalidade dos direitos fundamentais	293
6.	Princípio da proporcionalidade	294
7.	Considerações finais	294
8.	Referências bibliográficas	295
15.	COMO IMPLEMENTAR NA PRÁTICA UM PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE DADOS	
	TATIANA BHERING ROXO	
	Referências bibliográficas	325
16.	A AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E OS LIMITES DO PODER FISCALIZATÓRIO DO EMPREGADOR	
	FABRÍCIO LIMA SILVA	
1.	Introdução	327
2.	A precedente discussão europeia	329
3.	A privacidade e autodeterminação informativa	331
4.	O tratamento dos dados pessoais nas relações de trabalho	333
5.	Conclusão	340
6.	Referências bibliográficas	340
17.	LGPD E OS DADOS DAS SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO	
	WILLIAN ALESSANDRO ROCHA	
	Introdução	343
1.	Contexto normativo	345
2.	Alcance da LGPD. Fonte normativa para o Poder Judiciário	348
3.	Fundamentos da LGPD	351
4.	Princípios da LGPD	352
5.	Conceito de dados pessoais e dados pessoais sensíveis	355
6.	Tratamento de dados pessoais	356
7.	Os dados das Varas do Trabalho	358
7.1.	Tratamento de dados sensíveis na fase de execução	361
7.2.	Dados sensíveis nas peças processuais (condição de saúde, filiação a sindicato)	363
7.3.	Dados bancários e CPF no termo de audiência (acordo)	364

14 | REFLEXOS DA LGPD NO DIREITO E NO PROCESSO DO TRABALHO

7.4.	Imagem e voz de partes, advogados, servidores e magistrados nas audiências por videoconferência. Forma de guarda e acesso destes dados	365
7.5.	Filmagem da residência de partes e testemunhas. Incomunicabilidade e a inviolabilidade do lar.....	366
7.6.	Sistema de buscas em sítios eletrônicos especializados. Prevenção à formação de “listas sujas”	368
8.	Considerações finais.....	369
9.	Referências bibliográficas	370